

O ESPÍRITO SANTO LEITOR: LEITURA E RECEPÇÃO PENTECOSTAL DA BÍBLIA NO BRASIL

ANTONIO PAULO BENATTE (DEPTO HISTÓRIA DA UNICAMP/FAPESP).

Resumo

As atitudes e práticas pentecostais diante da Bíblia estão expressas no artigo primeiro da Profissão de Fé das Assembléias de Deus; para além do posicionamento teológico–doutrinário de uma denominação específica, o documento ilustra as crenças do segmento religioso como um todo: “Nós cremos e aceitamos a Bíblia como a Palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, como sendo a revelação de Deus ao homem; ela é a regra de fé e conduta, infalível e perfeita, superior à consciência e à razão, sem contrariar nem ofender a mesma razão; é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.” Para essas comunidades interpretativas, os textos bíblicos canônicos, de imediata inspiração divina, devem ser lidos com o mesmo Espírito com que foram escritos: o Espírito Santo de Deus. Um teólogo assembleiano explica que “A mente do homem precisa primeiro ser iluminada pelo Espírito de Deus, antes que possa interpretar, corretamente, ou entender, as Escrituras.” Do ponto de vista bíblico, “o conhecimento natural é algo que o homem pode adquirir por si mesmo”, como observa Nortroph Frye em O código dos códigos: a Bíblia e a literatura; em contraposição, o “entendimento espiritual”, de que fala o apóstolo Paulo em I Coríntios, 2.14, é um dom divino que supõe um contradom da parte humana: a santificação da pessoa. Com base em observação participante, coleta de depoimentos orais e pesquisa de arquivo em uma comunidade de fé, esta comunicação pretende esboçar respostas a uma questão aparentemente simples: como os pentecostais lêem a Bíblia e que significados atribuem às suas práticas de leitura? Para isso, a pesquisa busca articular teórica e metodologicamente os aportes da etnografia da leitura, da estética da recepção e da história cultural da leitura.

Palavras-chave:

Bíblia, pentecostalismo, leitura.

O Espírito Santo leitor

Leitura e recepção da Bíblia no pentecostalismo brasileiro

Ao longo do último século, a expansão do pentecostalismo e a apropriação da Bíblia pela gente baixo-letrada constituíram duas faces de um mesmo processo de significativas mudanças no campo religioso brasileiro. A associação do crente pentecostal com a leitura intensiva da Bíblia pode ser observada tanto nas representações sociais em geral quanto nas auto-representações do próprio segmento religioso; não é a toa que, em algumas regiões do país, os “crentes” são também chamados “os bíblias”, em uma identificação total do sujeito leitor com o objeto de suas práticas leitura.

Historicamente, o aumento dos índices de leitura em escala popular coincidiu com o processo de crescente escolarização das camadas sociais subalternas, tradicionalmente excluídas da cultura escrita desde o período colonial; mas, no caso da leitura da Bíblia, as explicações “sócio-estatísticas” são insuficientes, o que nos leva a buscar razões de ordem cultural e propriamente religiosa que permitam uma melhor compreensão do acontecimento.

A observação participante[1] permite inferir que, de fato, todo o sistema de crenças, valores e práticas pentecostais é profundamente configurado pelos textos bíblicos canônicos. E é mais que significativo que o artigo primeiro da *Profissão de Fé das Assembléias de Deus* o diga expressamente:

Nós cremos e aceitamos a Bíblia como a Palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, como sendo a revelação de Deus ao homem; ela é a regra de fé e conduta, infalível e perfeita, superior à consciência e à razão, sem contrariar nem ofender a mesma razão; é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê. (Apud Jardimino, 1993: 110)

Também o parágrafo primeiro da *Doutrina da Congregação Cristã do Brasil* afirma:

Nós cremos e aceitamos a inteira Bíblia como infalível palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, sendo a única e perfeita guia de nossa fé e conduta, na qual nada se pode aumentar ou diminuir, sendo ela todo o poder de Deus em Salvação a todo o crente. (Apud Rossi, 1952: 789)

Em geral, e com poucas variações, a bibliologia das incontáveis igrejas pentecostais brasileiras segue de perto os conteúdos de fé dessas duas denominações "matrizes" do segmento religioso no país; de modo que, para além de posicionamentos teológico-doutrinários específicos, os documentos citados sintetizam muito bem, no que se referem às Escrituras e seus significados, as crenças da maioria dos grupos pentecostais contemporâneos. Desnecessário acrescentar que os conteúdos dessas crenças são fundamentados e legitimados historicamente pelos próprios textos bíblicos, objeto de leitura intensiva nas diversas comunidades espalhadas pelo país.[2]

Os estudiosos da leitura são unânimes em afirmar, como Barker e Escarpit, que "não existe uma espécie apenas de leitura, mas diversas." (1975: 115) Essa diversidade, comprovada empiricamente pela sociologia, etnografia e história da leitura, permite que formulemos uma questão aparentemente simples: como os pentecostais lêem a Bíblia? E que significações atribuem às suas práticas de leitura?

A começar pela sacralidade dos textos, é certo que existem singularidades da leitura religiosa em relação à leitura *tout court*. Essas singularidades podem ser resumidas em uma única palavra: *espiritualidade*. Tanto na especulação teológica quanto nas práticas cotidianas de leitura, a doutrina das Escrituras vigente nos meios pentecostais enfatiza a fonte e a natureza espiritualmente divinas dos textos: a Bíblia não é simplesmente um conjunto de textos antigos; é "a palavra de Deus inspirada pelo Espírito Santo", "a palavra viva do Deus vivo", de modo que "a Bíblia aberta é a boca de Deus falando". Esse é um dado antropológico básico, com uma série de implicações religiosas importantes.

Etimologicamente, a palavra *espírito*, tanto na raiz hebraica do Antigo Testamento (*ruah*) quanto na grega do Novo (*pneuma*), quer dizer "sopro". Os comentaristas da *Bíblia de Estudos Plenitude*, de orientação teológica pentecostal, explicam que "A

Bíblia foi 'soprada' por Deus e as suas palavras foram planejadas pelo desígnio criativo de Deus." (2001: XIV) Do ponto de vista da recepção, é claro que não se pode ler a Palavra divina como uma palavra qualquer. Também o leitor, para compreendê-la e absorvê-la espiritualmente, necessita ser agraciado pelo sopro divino. Entre a doutrina da escritura e a doutrina da leitura estabelece-se assim uma espécie de círculo hermenêutico: *os textos devem ser lidos com o mesmo Espírito com que foram escritos*: o Espírito Santo de Deus. É claro que os textos podem ser interpretados como se fossem escritos tão somente por homens; mas, então, os efeitos espirituais não se concretizam, quer dizer, a leitura não produz efeitos sobre a alma de leitores e ouvintes. Para tanto, faz-se necessária a experiência religiosa da unção, efusão ou derramamento do Espírito Santo e, conseqüentemente, a própria santificação da vida individual e comunitária. Um comentário da *Bíblia de Estudos Plenitude* enfatiza:

Não existe nenhum vigor ou crescimento na vida cristã separado de uma clara prioridade a respeito do lugar que a Bíblia ocupa na vida do indivíduo ou do grupo. As Escrituras são o padrão final para a nossa fé, moral e vida prática e são o alimento para o nosso contínuo fortalecimento na fé, na santidade de vida e eficiência no serviço. O Espírito Santo que vem encher-nos é a mesma Pessoa que nos deu o Livro para nos guiar e sustentar. (Idem: *ibidem*)

É importante observar que a noção de autoria não é uma categoria estruturante das crenças comunitárias e, portanto, dos usos pragmáticos dos textos. Para o crente, é óbvio que a Bíblia foi escrita por homens, mas homens santos, separados do mundo, em experiência íntima com Deus e por Ele pessoalmente inspirados. A autoria humana é aquela atribuída pela tradição, a qual se aceita de modo não-problemático, pois mais importante é a inspiração divina, o "sopro" responsável pelo teor sobre-humano e supranatural da Palavra. O entendimento ou discernimento espiritual dos textos necessita, pois, da mesma inspiração divina, sem o que se apreende apenas a sua dimensão humana ou "natural".

Em suma, o Espírito Santo é simultaneamente autor e intérprete de sua própria Palavra; para compreendê-la, a pessoa humana precisa religar-se a Ele e permanecer "na fiação" ou "guardando o contato", como diz o vocabulário do grupo. Em outras palavras, a compreensão necessita dos dons de revelação. Um irmão da Assembléia de Deus diz:

A [leitura da] Bíblia é pela fé; ela precisa ser revelada pelo Espírito Santo. É óbvio que precisamos estudar a Palavra, fazer o exame da Bíblia, mas isso não é suficiente; é necessária a unção do Espírito Santo. (Caderno de campo, 30/07/2007)

A consagração pessoal - ou melhor, a santificação de si como processo de subjetivação, de relação com Deus, com os outros e consigo mesmo -, a consagração objetiva a busca do batismo no Espírito Santo e a experiência de "estar cheio do Espírito".

Evidentemente, o dom espiritual do discernimento é superior ao conhecimento "natural", "da carne", ou seja, o entendimento racional ou puramente mental. Principalmente nas bases comunitárias compostas por indivíduos pouco escolarizados e sem conhecimento teológico formal, o derramamento do Espírito é ritualmente evocado para a pregação litúrgica da Palavra; a pregação é o momento mais importante do culto e demanda toda uma hermenêutica de contextualização, descontextualização e recontextualização de passagens textuais caras às comunidades. Um pregador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, depois da leitura de uma passagem complexa e da oração da igreja pela sua unção espiritual, afirma:

Irmãos! Eu não tenho leitura, mas é o Espírito Santo quem vai falar aqui; também não tenho teologia, porque eu não saberia fazer teologia. Mas o Espírito Santo não necessita de teologia. (Caderno de campo, 25/05/07)

Mas também na leitura individual e solitária a oração evocativa do Espírito Santo deve anteceder a abertura do Livro, a sua leitura e interpretação.

A pneumatologia, a saber, a doutrina do Espírito Santo e do seu batismo condiciona culturalmente as práticas de leitura e recepção. Como os cabalistas que criam nos quarenta e nove sentidos da *Torah*, o crente, ao ler por anos a fio os mesmos e complexos textos, ao incorporá-los e assimilá-los à própria personalidade, adquire a experiência prática da omnisignificância e inesgotabilidade da Palavra, que pode tornar-se objeto de uma exegese infinita. A afirmação de que "a Palavra é conhecida, mas a cada dia fala algo novo à nossa vida" é comum nos meios pentecostais, e indicia essa atitude de reverência diante da plenitude significativa dos textos sagrados. É interessante observar que a multiplicidade das leituras e os conflitos de interpretação não limitam o conteúdo de verdade da Palavra revelada; pelo contrário, atestam sua riqueza, profundidade e mistério.

A verdade do texto, portanto, permanece sempre no plano da revelação: é dom e trabalho do Espírito, acessível ao homem mediante o processo de santificação, como numa espécie de contradom. Em 1 Co 2.10, o apóstolo Paulo escreveu: "Mas Deus no-las revelou [as Escrituras] pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus." *A Bíblia de Estudos Plenitude* comenta essa passagem nos seguintes termos: "Para se conhecerem as coisas de Deus são necessários dois elementos: uma revelação de Deus pelo Espírito e uma resposta espiritual adequada pelo homem." (2001: 1177) Tem-se aqui, pois, uma relação dialética - ou, como dissemos, uma espécie de círculo hermenêutico. Um escritor da Assembléia de Deus ensina: "A mente do homem precisa primeiro ser iluminada pelo Espírito de Deus, antes que possa interpretar, corretamente, ou entender, as Escrituras." (Ferreira, 2007: 26-27) Biblicamente falando, o conhecimento natural é algo que o homem pode adquirir por si mesmo, como observa o crítico literário Northrop Frye em *O código do códigos: a Bíblia e a literatura* (2004: 94); em contraposição, o "entendimento espiritual", de que fala a carta paulina, é um dom que independe da ação do sujeito e de sua capacitação intelectual. A propósito, o mesmo autor esclarece que

[...] o próprio Novo Testamento nos diz que devemos "entender espiritualmente" os mistérios da fé (Coríntios I, 2:14). Nesta passagem Paulo está contrastando a letra que, segundo ele, "matou" a vida, com o espírito que a "deu". Ele não nega que

haja sustentação literal para o significado bíblico. O que ele quer dizer é que esta sustentação não é "natural": a autoridade da Bíblia não vem do mundo externo, de fora dela. (FRYE, 2004: 83)

Portanto, para compreender as singularidades da leitura religiosa, há que considerar as especificidades de sua recepção - ou, em outras palavras, o contexto cultural coletivo, densamente sacral, em que se efetivam as práticas concretas de apropriação e consumação de um bem cultural que, não custa lembrar, constitui um dos pilares da civilização ocidental. Ao falar da importância da estética da recepção para a constituição do campo da história da leitura, Jean Hébrard considera que

Ela situa a interpretação do lado do leitor e de sua intencionalidade mais do que através do viés do texto e nos permite compreender como cada leitor de um mesmo texto pode construir uma leitura singular. Uma história dos horizontes de expectativa dos leitores esclarece a maneira como se constituem as comunidades interpretativas em espaços de sociabilidade que trocam as suas expectativas e se permitem os códigos compartilhados para decifrar os textos. (Hébrard, 2009: 17)

É necessário perguntar, então, pelos horizontes de expectativa das comunidades interpretativas. Ora, no caso dos pentecostais, o ponto mais longínquo desse horizonte é projetado num plano metafísico e supranatural: a Nova Jerusalém, a cidade celeste, situada no fim dos tempos, fora da história, na glória da eternidade com Deus. Aqui nos deparamos com dificuldades de análise. Como enfatizam a estética da recepção e as teorias do consumo cultural, todo ato de leitura pressupõe a capacidade de absorver e reformular criativamente o que se recebe de determinada tradição. Do ponto de vista religioso, a leitura pragmática supõe (ao mesmo tempo em que informa) uma série de crenças mais ou menos comuns à cristandade: para alcançar a salvação na vida eterna é necessário santificar-se nessa vida, e a leitura é justamente um dos meios habituais que orienta o processo de santificação.

De uma perspectiva laica, poder-se-ia dizer, como observa Hébrard, que "o leitor impõe ao livro lido as especificidades de sua leitura" (Idem: 14); mas, no caso de um livro como a Bíblia, não é menos correto dizer que os textos impõem ao leitor as especificidades de seus significados; significados que não são naturalmente dados, mas culturalmente construídos nas longas durações da história. Importa, pois, definir de um lado e de outro quais sejam essas especificidades, bem como as formas historicamente contingentes de relação entre textos e leitores nos processos mesmos de apropriação, leitura e recepção.

Referências Bibliográficas

BARKER, Ronald & ESCARPIT, Robert. *A fome de ler*. Trad. J. J. Veiga. Rio de Janeiro: FGV/INL, 1975.

BÍBLIA de Estudo Plenitude. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.

CADERNO de campo, Santo André, 30 de julho de 2007.

_____. Santo André, 25 de maio de 2007.

FERREIRA, Manoel. *Teologia Sistemática I*. 3ª ed. Goiânia: Seminário Teológico Seifa, 2007.

FRYE, Northrop. *O código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. Trad. Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.

HÉBRARD, Jean. Pode-se fazer uma história das práticas populares de leitura na Época moderna? Os "novos leitores" revisitados. Trad. Marília Barcelos. Disponível no site do *I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*, consultado em 20/06/09.

JARDILINO, José R. L. *A chegada do Espírito*. Uma visão histórico-teológica das religiões do Espírito em São Paulo, na década de 1930. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1993.

ROSSI, Pe. Agnelo Rossi. O pentecostismo no Brasil, *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 12, fasc. 4, dez. 1952.

Antonio Paulo Benatte - Depto de História da Unicamp/Fapesp

[1] Nos últimos dois anos, tenho desenvolvido observação participante em diversas comunidades pentecostais do ABC paulista e de Londrina, no Paraná, especialmente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, da Igreja Pentecostal Deus é Amor e da Igreja do Evangelho Quadrangular. A pesquisa emprega ainda a heurística de arquivos (fontes textuais) e a recolha de depoimentos orais junto a crentes-leitores.

[2] As passagens que fundamentam o artigo assembleiano encontram-se em 2Tm 3.15; 2Pe 1.20,21; Rom 1.16; os textos que fundamentam o artigo congregacionista encontram-se em 2 Pe 1. 21; 2 Tm 3.16,17; Rom 1.16.

O Espírito Santo leitor

Leitura e recepção da Bíblia no pentecostalismo brasileiro

Antonio Paulo Benatte

Depto de História da Unicamp/Fapesp

Ao longo do último século, a expansão do pentecostalismo e a apropriação da Bíblia pela gente baixo-letrada constituíram duas faces de um mesmo processo de significativas mudanças no campo religioso brasileiro. A associação do crente pentecostal com a leitura intensiva da Bíblia pode ser observada tanto nas representações sociais em geral quanto nas auto-representações do próprio segmento religioso; não é a toa que, em algumas regiões do país, os “crentes” são também chamados “os bíblias”, em uma identificação total do sujeito leitor com o objeto de suas práticas leitura.

Historicamente, o aumento dos índices de leitura em escala popular coincidiu com o processo de crescente escolarização das camadas sociais subalternas, tradicionalmente excluídas da cultura escrita desde o período colonial; mas, no caso da leitura da Bíblia, as explicações “sócio-estatísticas” são insuficientes, o que nos leva a buscar razões de ordem cultural e propriamente religiosa que permitam uma melhor compreensão do acontecimento.

A observação participante¹ permite inferir que, de fato, todo o sistema de crenças, valores e práticas pentecostais é profundamente configurado pelos textos bíblicos canônicos. E é mais que significativo que o artigo primeiro da *Profissão de Fé das Assembléias de Deus* o diga expressamente:

Nós cremos e aceitamos a Bíblia como a Palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, como sendo a revelação de Deus ao homem; ela é a regra de fé e conduta, infalível e perfeita, superior à consciência e à razão, sem contrariar nem ofender a mesma razão; é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê. (Apud Jardimino, 1993: 110)

Também o parágrafo primeiro da *Doutrina da Congregação Cristã do Brasil* afirma:

¹ Nos últimos dois anos, tenho desenvolvido observação participante em diversas comunidades pentecostais do ABC paulista e de Londrina, no Paraná, especialmente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, da Igreja Pentecostal Deus é Amor e da Igreja do Evangelho Quadrangular. A pesquisa emprega ainda a heurística de arquivos (fontes textuais) e a recolha de depoimentos orais junto a crentes-leitores.

Nós cremos e aceitamos a inteira Bíblia como infalível palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, sendo a única e perfeita guia de nossa fé e conduta, na qual nada se pode aumentar ou diminuir, sendo ela todo o poder de Deus em Salvação a todo o crente. (Apud Rossi, 1952: 789)

Em geral, e com poucas variações, a bibliologia das incontáveis igrejas pentecostais brasileiras segue de perto os conteúdos de fé dessas duas denominações “matrizes” do segmento religioso no país; de modo que, para além de posicionamentos teológico-doutrinários específicos, os documentos citados sintetizam bastante bem, no que se referem às Escrituras e seus significados, as crenças da maioria dos grupos pentecostais contemporâneos. Desnecessário acrescentar que os conteúdos dessas crenças são fundamentados e legitimados historicamente pelos próprios textos bíblicos, objeto de leitura intensiva nas diversas comunidades espalhadas pelo país.²

Os estudiosos da leitura são unânimes em afirmar, como Barker e Escarpit, que “não existe uma espécie apenas de leitura, mas diversas.” (1975: 115) Essa diversidade, comprovada empiricamente pela sociologia, etnografia e história da leitura, permite que formulemos uma questão aparentemente simples: como os pentecostais lêem a Bíblia? E que significações atribuem às suas práticas de leitura?

A começar pela sacralidade dos textos, é certo que existem singularidades da leitura religiosa em relação à leitura *tout court*. Essas singularidades podem ser resumidas em uma única palavra: *espiritualidade*. Tanto na especulação teológica quanto nas práticas cotidianas de leitura, a doutrina das Escrituras vigente nos meios pentecostais enfatiza a fonte e a natureza espiritualmente divinas dos textos: a Bíblia não é simplesmente um conjunto de textos antigos; é “a palavra de Deus inspirada pelo Espírito Santo”, “a palavra viva do Deus vivo”, de modo que “a Bíblia aberta é a boca de Deus falando”. Esse é um dado antropológico básico, com uma série de implicações religiosas importantes.

Etimologicamente, a palavra *espírito*, tanto na raiz hebraica do Antigo Testamento (*ruah*) quanto na grega do Novo (*pneuma*), quer dizer “sopro”. Os comentaristas da *Bíblia de Estudos Plenitude*, de orientação teológica pentecostal, explicam que “A Bíblia foi ‘soprada’ por Deus e as suas palavras foram planejadas pelo

² As passagens que fundamentam o artigo assembleiano encontram-se em 2Tm 3.15; 2Pe 1.20,21; Rom 1.16; os textos que fundamentam o artigo congregacionista encontram-se em 2 Pe 1. 21; 2 Tm 3.16,17; Rom 1.16.

desígnio criativo de Deus." (2001: XIV) Do ponto de vista da recepção, é claro que não se pode ler a Palavra divina como uma palavra qualquer. Também o leitor, para compreendê-la e absorvê-la espiritualmente, necessita ser agraciado pelo sopro divino. Entre a doutrina da escritura e a doutrina da leitura estabelece-se assim uma espécie de círculo hermenêutico: *os textos devem ser lidos com o mesmo Espírito com que foram escritos*: o Espírito Santo de Deus. É claro que os textos podem ser interpretados como se fossem escritos tão somente por homens; mas, então, os efeitos espirituais não se concretizam, quer dizer, a leitura não produz efeitos sobre a alma de leitores e ouvintes. Para tanto, faz-se necessária a experiência religiosa da unção, efusão ou derramamento do Espírito Santo e, conseqüentemente, a própria santificação da vida individual e comunitária. Um comentário da *Bíblia de Estudos Plenitude* enfatiza:

Não existe nenhum vigor ou crescimento na vida cristã separado de uma clara prioridade a respeito do lugar que a Bíblia ocupa na vida do indivíduo ou do grupo. As Escrituras são o padrão final para a nossa fé, moral e vida prática e são o alimento para o nosso contínuo fortalecimento na fé, na santidade de vida e eficiência no serviço. O Espírito Santo que vem encher-nos é a mesma Pessoa que nos deu o Livro para nos guiar e sustentar. (Idem: *ibidem*)

É importante observar que a noção de autoria não é uma categoria estruturante das crenças comunitárias e, portanto, dos usos pragmáticos dos textos. Para o crente, é óbvio que a Bíblia foi escrita por homens, mas homens santos, separados do mundo, em experiência íntima com Deus e por Ele pessoalmente inspirados. A autoria humana é aquela atribuída pela tradição, a qual se aceita de modo não-problemático, pois mais importante é a inspiração divina, o "sopro" responsável pelo teor sobre-humano e supranatural da Palavra. O entendimento ou discernimento espiritual dos textos necessita, pois, da mesma inspiração divina, sem o que se apreende apenas a sua dimensão humana ou "natural".

Em suma, o Espírito Santo é simultaneamente autor e intérprete de sua própria Palavra; para compreendê-la, a pessoa humana precisa religar-se a Ele e permanecer "na fiação" ou "guardando o contato", como diz o vocabulário do grupo. Em outras palavras, a compreensão necessita dos dons de revelação. Um irmão da Assembléia de Deus diz:

A [leitura da] Bíblia é pela fé; ela precisa ser revelada pelo Espírito Santo. É óbvio que precisamos estudar a Palavra, fazer o

exame da Bíblia, mas isso não é suficiente; é necessária a unção do Espírito Santo. (Caderno de campo, 30/07/2007)

A consagração pessoal – ou melhor, a santificação de si como processo de subjetivação, de relação com Deus, com os outros e consigo mesmo –, a consagração objetiva a busca do batismo no Espírito Santo e a experiência de “estar cheio do Espírito”.

Evidentemente, o dom espiritual do discernimento é superior ao conhecimento "natural", "da carne", ou seja, o entendimento racional ou puramente mental. Principalmente nas bases comunitárias compostas por indivíduos pouco escolarizados e sem conhecimento teológico formal, o derramamento do Espírito é ritualmente evocado para a pregação litúrgica da Palavra; a pregação é o momento mais importante do culto e demanda toda uma hermenêutica de contextualização, descontextualização e recontextualização de passagens textuais caras às comunidades. Um pregador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, depois da leitura de uma passagem complexa e da oração da igreja pela sua unção espiritual, afirma:

Irmãos! Eu não tenho leitura, mas é o Espírito Santo quem vai falar aqui; também não tenho teologia, porque eu não saberia fazer teologia. Mas o Espírito Santo não necessita de teologia. (Caderno de campo, 25/05/07)

Mas também na leitura individual e solitária a oração evocativa do Espírito Santo deve anteceder a abertura do Livro, a sua leitura e interpretação.

A pneumatologia, a saber, a doutrina do Espírito Santo e do seu batismo condiciona culturalmente as práticas de leitura e recepção. Como os cabalistas que criam nos quarenta e nove sentidos da *Torah*, o crente, ao ler por anos a fio os mesmos e complexos textos, ao incorporá-los e assimilá-los à própria personalidade, adquire a experiência prática da omnisignificância e inesgotabilidade da Palavra, que pode tornar-se objeto de uma exegese infinita. A afirmação de que "a Palavra é conhecida, mas a cada dia fala algo novo à nossa vida" é comum nos meios pentecostais, e indicia essa atitude de reverência diante da plenitude significativa dos textos sagrados. É interessante observar que a multiplicidade das leituras e os conflitos de interpretação não limitam o conteúdo de verdade da Palavra revelada; pelo contrário, atestam sua riqueza, profundidade e mistério.

A verdade do texto, portanto, permanece sempre no plano da revelação: é dom e trabalho do Espírito, acessível ao homem mediante o processo de santificação, como numa espécie de

contradom. Em 1 Co 2.10, o apóstolo Paulo escreveu: “Mas Deus no-las revelou [as Escrituras] pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus.” A *Bíblia de Estudos Plenitude* comenta essa passagem nos seguintes termos: “Para se conhecerem as coisas de Deus são necessários dois elementos: uma revelação de Deus pelo Espírito e uma resposta espiritual adequada pelo homem.” (2001: 1177) Tem-se aqui, pois, uma relação dialética – ou, como dissemos, uma espécie de círculo hermenêutico. Um escritor da Assembléia de Deus ensina: “A mente do homem precisa primeiro ser iluminada pelo Espírito de Deus, antes que possa interpretar, corretamente, ou entender, as Escrituras.” (Ferreira, 2007: 26-27) Biblicamente falando, o conhecimento natural é algo que o homem pode adquirir por si mesmo, como observa o crítico literário Northrop Frye em *O código do códigos: a Bíblia e a literatura* (2004: 94); em contraposição, o “entendimento espiritual”, de que fala a carta paulina, é um dom que independe da ação do sujeito e de sua capacitação intelectual. A propósito, o mesmo autor esclarece que

[...] o próprio Novo Testamento nos diz que devemos “entender espiritualmente” os mistérios da fé (Coríntios I, 2:14). Nesta passagem Paulo está contrastando a letra que, segundo ele, “matou” a vida, com o espírito que a “deu”. Ele não nega que haja sustentação literal para o significado bíblico. O que ele quer dizer é que esta sustentação não é “natural”: a autoridade da Bíblia não vem do mundo externo, de fora dela. (FRYE, 2004: 83)

Portanto, para compreender as singularidades da leitura religiosa, há que considerar as especificidades de sua recepção – ou, em outras palavras, o contexto cultural coletivo, densamente sacral, em que se efetivam as práticas concretas de apropriação e consumação de um bem cultural que, não custa lembrar, constitui um dos pilares da civilização ocidental. Ao falar da importância da estética da recepção para a constituição do campo da história da leitura, Jean Hébrard considera que

Ela situa a interpretação do lado do leitor e de sua intencionalidade mais do que através do viés do texto e nos permite compreender como cada leitor de um mesmo texto pode construir uma leitura singular. Uma história dos horizontes de expectativa dos leitores esclarece a maneira como se constituem as comunidades interpretativas em espaços de sociabilidade que trocam as suas expectativas e se permitem os códigos compartilhados para decifrar os textos. (Hébrard, 2009: 17)

É necessário perguntar, então, pelos horizontes de expectativa das comunidades interpretativas. Ora, no caso dos pentecostais, o ponto mais longínquo desse horizonte é projetado num plano metafísico e supranatural: a Nova Jerusalém, a cidade celeste, situada no fim dos tempos, fora da história, na glória da eternidade com Deus. Aqui nos deparamos com dificuldades de análise. Como enfatizam a estética da recepção e as teorias do consumo cultural, todo ato de leitura pressupõe a capacidade de absorver e reformular criativamente o que se recebe de determinada tradição. Do ponto de vista religioso, a leitura pragmática supõe (ao mesmo tempo em que informa) uma série de crenças mais ou menos comuns à cristandade: para alcançar a salvação na vida eterna é necessário santificar-se nessa vida, e a leitura é justamente um dos meios habituais que orienta o processo de santificação.

De uma perspectiva laica, poder-se-ia dizer, como observa Hébrard, que "o leitor impõe ao livro lido as especificidades de sua leitura" (Idem: 14); mas, no caso de um livro como a Bíblia, não é menos correto dizer que os textos impõem ao leitor as especificidades de seus significados; significados que não são naturalmente dados, mas culturalmente construídos nas longas durações da história. Importa, pois, definir de um lado e de outro quais sejam essas especificidades, bem como as formas historicamente contingentes de relação entre textos e leitores nos processos mesmos de apropriação, leitura e recepção.

Referências Bibliográficas

- BARKER, Ronald & ESCARPIT, Robert. *A fome de ler*. Trad. J. J. Veiga. Rio de Janeiro: FGV/INL, 1975.
- BÍBLIA de Estudo Plenitude. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.
- CADERNO de campo, Santo André, 30 de julho de 2007.
- _____. Santo André, 25 de maio de 2007.
- FERREIRA, Manoel. *Teologia Sistemática I*. 3ª ed. Goiânia: Seminário Teológico Seifa, 2007.
- FRYE, Northrop. *O código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. Trad. Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.
- HÉBRARD, Jean. Pode-se fazer uma história das práticas populares de leitura na Época moderna? Os "novos leitores" revisitados. Trad. Marília Barcelos. Disponível no site do *I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial*, consultado em 20/06/09.
- JARDILINO, José R. L. *A chegada do Espírito*. Uma visão histórico-teológica das religiões do Espírito em São Paulo, na década de

1930. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1993.

ROSSI, Pe. Agnelo Rossi. O pentecostismo no Brasil, *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 12, fasc. 4, dez. 1952.